

O TRABALHO DA EQUIPE EXECUTORA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE PÚBLICA: PRECARIZAÇÃO OU AUTONOMIA PARA A PRÁXIS TRANSFORMADORA.

Elaine Lucio Loeblin

(Assistente Social do IFRO/Ji-Paraná e mestranda no PPGE da UNIR)

Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas

(Professora Doutora do IEAA/UFAM e orientadora no PPGE/UNIR)

Rudhy Marssal Bohn

(mestrando no PPGE da UNIR)

Resumo: O texto encontra-se em construção, o enfoque é sobre o trabalho da equipe executora da Política de Assistência Estudantil no Ensino Superior, em particular da Universidade Federal de Rondônia. Primeiramente é refletido sobre o trabalho, já que é em tempos primitivos é através deste que o homem transforma a natureza e a si mesmo, com a expansão do sistema capitalista o mesmo deixa de ser forma de satisfação e se torna peso, fadiga e alienação. A contemporaneidade é marcada pela crise estrutural do capital, fundamentado na reestruturação produtiva, acumulação flexível e ajustes neoliberais, a classe trabalhadora vivencia a fase de precarização. A equipe da política de assistência estudantil das universidades federais, foi regulamentada pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil em 2007, tais profissionais estão inseridos na organização do trabalho. Trata-se de um ambiente contraditório e cabe a estes resistir ao processo de precarização e a negação dos direitos sociais, defendendo um modelo de educação emancipadora, parte de um projeto societário de transformação social e superação das estruturas perversa do sistema atual. Os principais autores utilizados foram Marx, Mészáros, Antunes, Frigotto, Chesnais, Almeida, Chauí e Nascimento.

1 – Introdução:

O presente artigo aborda a questão do trabalho da equipe executora da assistência estudantil no ensino superior da UNIR (Universidade Federal de Rondônia). O texto aborda apenas reflexões teóricas e posteriormente será realizada a pesquisa de campo. Na primeira sessão teórica é enfatizado as características históricas do trabalho apontando as suas formas de satisfação e alienação, bem como as aspectos contemporâneos da política educacional e as influências do capital nesta política, é retratando ainda a categoria trabalho no campo educacional, especificamente no ensino superior, tal abordagem é *sine quo non* para compreender a totalidade de como vem ocorrendo o desenvolvimento das ações da Assistência Estudantil na atualidade, sob a égide da política neoliberal, já que uma das características do neoliberalismo é a minimização dos recursos investidos nas políticas sociais e liberdade para o mercado

realizar suas transações, dessa forma analisar políticas sociais neste cenário, é atentar-se para as formas paliativas que estas assumem diante de um contexto capitalista de alta concentração de renda.

No segundo momento apresentaremos alguns apontamentos sobre os aspectos da política de assistência estudantil, como as equipes técnicas executora deve ser formada respeitando as particularidades regionais. Pontua-se as formas de precarização do trabalho da Universidade Federais e de formação dos estudantes, objetivos do capital imperialista que se manifesta e possui forte influência no cotidiano do profissional, já que todo esse processo é bem planejado e a sociedade burguesa como detentora do poder, deseja manter o *status quo* utilizando de todas as estratégias necessárias transformando os problemas coletivos em individuais e responsabilizando o profissional para manter-se qualificado e desenvolver um trabalho de excelência sem as mínimas condições de trabalho, além disso as políticas públicas sociais como no caso da Educação tem sido deteriorada buscando formar o cidadão para a empregabilidade. É ressaltado ainda que diante das contradições capitalista é necessário que os profissionais dessa equipe se mantenham em posição de enfrentamento contra esse sistema excludente, é essencial que a práxis profissional seja de agente político que busque formar os estudantes como agentes políticos históricos e transformadores.

Para reflexão sobre o mundo do trabalho na contemporaneidade, bem como seu desenvolvimento na política educacional, recorreu-se a autores como Marx, Mészáros, Antunes, Frigotto, Chesnais dentre outros. Já para o Trabalho das Equipes de Assistência Estudantil utilizou-se Almeida, Chauí, dossiê do ANDES 2013 e Nascimento.

2 – Breves apontamentos sobre a categoria Trabalho e a Política Pública de Educação:

Ao iniciar o presente texto, faz-se mister abordar breves definições do termo trabalho, sendo este o principal foco das atenções e análise a serem discutidas. Buscando a sua conceituação, Marx pontua que o homem “atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecida e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais” (MARX, 1999, p. 211). É através do trabalho que o homem transforma a natureza e a si mesmo, remetendo-se há tempos antigos, é possível observar que o homem em sua evolução foi descobrindo habilidades e desenvolvendo idealizações, no

qual busca através do trabalho satisfazer suas necessidades, existe nos artesãos, camponeses etc., o reconhecimento de si no objeto construído ou modificado.

O advento de acumulação primitiva do capital ocorreu por meio de roubos das terras comuns, expropriação da terra e do campo, exôdo rural etc.

Nesse processo o homem/produtor é afastado dos meios de produção, passando a não se reconhecer nos produtos do seu trabalho, já não domina todo o processo de produção, o trabalho (na maioria das vezes manual) não é mais desenvolvido em sua casa com a família e sim nas fabricas, dá-se início ao que é chamado de estranhamento ou alienação do trabalho, sobre este assunto Marx destaca que:

Sim, o trabalho transforma-se em objeto/mercadoria, que só consegue adquirir com o máximo de esforço e com as interrupções imprevisíveis. A apropriação do objeto manifesta-se a tal ponto como alienação que quanto mais o trabalhador produzir, tanto menos ele possui e mais se submete ao domínio do seu produto o capital” (MARX: 2006, 112).

O que antes servia como fonte primária de satisfação, torna-se mercadoria/coisificação, torna-se fonte de gerar mais valia e tornar o homem escravo do objeto, dessa forma Marx pontua que “o que sistema capitalista requeria, era ao contrário, uma posição servil da massa do povo, sua transformação em trabalhadores de aluguel e a de seus meios de trabalho em capital”. (p. 266). A classe trabalhadora diante da conjuntura do modo de produção capitalista é matéria prima de exploração, ou melhor, parte atuante que proporciona o nascimento do excedente gerando lucro.

O trabalho atinge o patamar máximo de alienação a partir do advento da Revolução Industrial, alcança a sua forma perversa e se torna peso, fadiga e escravizante, a jornada passa a alcançar até 16 horas por dia, incluindo neste patamar crianças e mulheres sendo incomaptível com a vida externa, o tempo para o ócio já não existe mais, é necessário o máximo de esforço para obter as mínimas condições de subsistência, esse processo de mudança ocorre de maneira veloz e cruel. A aglomeração humana em espaços inadequados propiciava a acelerada proliferação de doenças infecto-contagiosas, ao mesmo tempo em que a periculosidade das máquinas era responsável por mutilações e mortes

Com o início da Revolução Industrial, o trabalhador "livre" passa a vender sua força de trabalho, torna-se presa da máquina, de seus ritmos, dos ditames da produção que atendiam à necessidade de acumulação rápida de capital e de máximo aproveitamento dos equipamentos, antes de se tornarem obsoletos.

Com o aperfeiçoamento da produção, ganha espaço as relações de trabalho marcadas pelo binômio fordismo/taylorismo, que tornou hegemônica até o início dos anos de 1970, sobre este binômio, pontua Antunes sobre o processo de trabalho:

[...] O trabalhador é um animal, tem que ser dócil. Mas o trabalhador taylorista-fordista, o trabalho capitalista da era da indústria do automóvel e dos seus prolongamentos ao longo de todo século XX era um trabalho marcado por uma alienação/estranhamento, por esse caráter parcelar-fragmentado, da indústria seriada da produção em série. No binômio taylorismo/fordismo a concepção e a elaboração são responsabilidade da gerência científica, a execução (manual) é responsabilidade dos trabalhadores” (p. 29).

De acordo com Antunes (1991), o Fordismo/Taylorismo se baseava na produção em massa, produção de mercadoria de forma homogênea e verticalizada, o tempo do trabalhador era racionalizado e o ritmo de trabalho aumentado, com vistas a evitar o desperdício na produção e buscando a intensificação da produção, através da linha rígida a fabricação articulava diferentes trabalhos, tecendo vínculo entre as ações individuais e a esteira que fazia as interligações dando o ritmo e tempo necessário para execução das tarefas, neste modelo de gestão da força de trabalho, o capital se apropriava do *savoir-faire* do trabalhador, ou seja, suprimindo a dimensão intelectual do trabalhador. Para Gramsci (1968) fordismo é igual a americanismo e significa que o homem deve ser integral para o Capital.

A partir de 1970 tem-se início o novo método de gestão de trabalho, ou melhor nova forma de acumulação do capital denominado de toyotismo, modelo japonês baseado na empresa, produção e emprego flexível, no qual tem como marca o “advento de trabalhador mais qualificado, participativo, multifuncional, polivalente dotado de maior realização no espaço de trabalho” (ANTUNES 1991: 48).

O capitalismo a partir de 1970 até o presente momento é marcado pela crise estrutural, fundamentado na gestão da força de trabalho do toyotismo caracterizado pela reestruturação produtiva e de acumulação flexível foi criado em 1960, como estratégia da burguesia para conter o crescimento do movimento operário. De acordo com Antunes o modelo de liofilização “se fundamenta num padrão produtivo organizado e tecnologicamente avançado” (2009, p. 52). Trata-se de uma época onde o trabalho e suas relações são precarizados, as múltiplas facetas da precarização se manifesta nas terceirizações, trabalho informal e condições subumanas de subsistência.

Diante do exposto é possível perceber que na sua trajetória histórica o trabalho vai adquirindo novas roupagens e sofrendo mutações em seus objetivos, tanto que na contemporaneidade ele é dividido em produtivo e improdutivo, ou seja, se torna

produtivo somente quando tem valor de uso, quando gera alguma forma de valor monetário, improdutivo é o que se fixa na sua finalidade não sendo utilizado como meio de gerar a mais valia. De acordo com Antunes (2006) na contemporaneidade o trabalhador

Alem de operar com várias máquinas (por isso se fala em “especialização multifuncional”) no mundo do trabalho atual, tem-se também a intensificação do trabalho *imaterial*. É o que hoje o discurso dominante denomina como a “sociedade do conhecimento”, dada pelo exercício do trabalho nas esferas de comunicação, nas esferas de *marketing* etc., uma vez que estamos presecciando as sociedade do logos da marca, do simbólico. (p. 45).

No que se refere ao trabalho no campo educacional público brasileiro, este se dá dentro dos momentos históricos da sociedade, se constrói, se configura e se delimita no âmbito das relações sociais em constante mudanças.

Segundo Frigotto (1998) todas as esferas da organização social perpassa a lógica da globalização do capital financeiro especulativo que esvazia os fundos públicos nacionais, particulamente das economias subalternas ou necessariamente do hemisfério sul, onde os juros mensais pagos equivale aos juros pagos anualmente pelos países desenvolvidos, trata-se de uma nova ordem mundial onde a minoria de países detem e controla o capital, e países ou regiões considerados periféricos são “controlados” pelas grandes potências financeiras. Com a nova base técnica científica aumenta-se a produtividade diminuindo os postos de trabalho, resultando no desemprego estrutural, ou seja, aumento do exército de reserva citado por Marx, isso significa o aumento da barbarie social como explicita Neto (2001).

As formas de acumulação capitalista possuem fortes influências na política educacional, na qual na contemporaneidade se observa um modelo de educação para servir ao mercado e não uma educação baseada na perspectiva transformadora, Kuenzer pontua que

Com relação aos impactos da reestruturação produtiva sobre a educação do trabalhador, as pesquisas estão apontando para um acirramento das categorias tayloristas/fordistas para a maioria dos trabalhadores formais reforçando-se pretensamente superada tese da polarização, acompanhada do aumento da exclusão: em que pese o caráter não ideológico da demanda de ampliação da educação básica para todos, com a redução dos postos de trabalho esta dimensão tem mostrado uma face perversa servindo a escola de instância de seleção prévia, notadamente de classe social, para escolher os mais “educáveis”, e , portanto mais adequados às finalidades do processo produtivo” (1998, p. 68).

Em tempos atuais Frigotto (1998) destaca que os processos educativos passam por um processo de ressignificação no campo das concepções e das políticas, cada dia

mais se estreita a dimensão do educativo e do formativo, desvinculando a compreensão ontológica do trabalho e da produção aproximando-o apenas do economicismo e da empregabilidade, o que nos remete ao início da crise do fordismo na década de 50, no qual a educação formal servia como formadora de capital humano, ao menos essa perspectiva estava vinculada à tese do pleno emprego, já a educação formal na contemporaneidade não garante sequer o pleno emprego e a perspectiva desenvolvimentista, a qualificação esta pautada para competitividade e empregabilidade.

A partir de 1990, as políticas públicas brasileiras começam a sentir as fortes influências neoliberais alcançando também a gestão da educação superior. A política de Educação assume características de filantropia, é vista pelo Banco Mundial como estratégia de alívio da pobreza (Leher, 1998), assim, se aproximam dos objetivos econômicos, políticos e ideológicos do capital que buscou ajustar os países situados a margem aos objetivos e interesses dos países centrais ou imperialistas, tal ajuste ocorre através dos acordos e diretrizes dos organismos multilaterais como BM, BIRD e FMI, no qual a responsabilidade de emprego e renda passa de um plano coletivo para o individual, é o indivíduo que deve buscar e possuir competências, habilidades, requalificação etc., para se tornar empregável, é a luta para continuar sendo explorado pelo capital.

Dessa forma o trabalho no campo educacional se dá no espaço contraditório e também vem sofrendo intensas mutações em decorrência das mundialização do Capital, bem como o trabalho nas demais áreas. Os trabalhadores da educação também vendem sua força de trabalho como qualquer outro trabalhador, estando sujeitos as todas mazelas e investidas do capital, cujo objetivo é manter a precarização e alienação do trabalho humano. Nesse sentido Chesnais destaca que:

O Estado das relações entre capital e os trabalhadores – os que são proletários no sentido fundamental de não terem outra mercadoria para vender senão sua força de trabalho, a qual são obrigados a ofertar no “mercado de trabalho” – é fortemente determinado pelo grau que estes conseguem limitar a concorrência que o capital instaura entre eles (2008 p. 25).

De acordo com Saviani (2006) a educação se manifesta em decorrência da luta do homem na transformação da natureza para produzir sua existência e suprir suas necessidades. Tal processo histórico e contínuo produziu o mundo cultural e humano, e assim, o homem vai produzindo a sua subjetividade. Produzindo bens, objetos materiais e também bens não-materiais como a ciência, filosofia, arte, etc.

Enfim, é a produção de idéias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades. Numa palavra, trata-se da produção do saber, seja do saber sobre a natureza, seja do saber sobre a cultura, isto é, o conjunto da produção humana. Obviamente a educação se situa nessa categoria de trabalho não-material (SAVIANI, 1996, p. 146).

O Ensino Superior ministrado no âmbito das universidades públicas brasileiras, que também é necessário abordar neste texto, Chauí (2001) destaca que a influência pós-moderna vincula-se com o neoliberalismo, observa-se uma crise no plano político e teórico, no qual a universidade precisa se posicionar. Na lógica do neoliberalismo se verifica o Estado Mínimo para investir na qualidade do ensino superior, é notório processo de desregulamentação e privatização da universidade/esfera pública. No campo da ciência/razão é evidente a sua crise, que ora afirma, ora nega o mesmo princípio/conceito científico.

Com relação às universidades federais: de um lado, a aceitação do modo acritico como foram criadas para servir ao interesses e prestígios de oligarquias locais que as transformaram em cabides de emprego para clientes e parentes, não lhes dando condições materiais – bibliotecas, laboratórios, sistema de bolsas e de auxílios – para funcionarem como verdadeiras universidades, de outro, desconsideração por parte do poder executivo, das lutas das universidades federais para superarem essa origem e se transformarem em universidades propriamente ditas. Essa mescla de aceitação e combate, que perpassa as universidades federais, vem desgastando o corpo docente e discente, desgaste reforçado pela atitude do Estado que tende a reduzir a luta dos docentes á luta por cargos, salários e carreiras baseadas no tempo de serviço, em vez de baseadas na formação, pesquisa e apresentação de trabalhos para ciência e para as humanidade” (CHAUÍ: 2001, p.38 e 39)

No Brasil observa-se a “democratização” do ensino superior, intitulada pelo Governo Federal, que na verdade trata-se de programas privatistas com vistas a atender os interesses da classe dominante, sendo proliferação de cursos através de programas como o PROUNI (Programa Universidade para Todos) com características privatista, REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) expande os número de vagas sem a devida qualidade e estrutura, cursos EAD (Educação a Distância) etc., trata-se da padronização do ensino estipulada pelos organismos internacionais para atender os interesses do mercado, tais modelos buscam mascarar as estratégias capitalistas de flexibilização do trabalho, culpabilizando os indivíduos que estão fora do mercado de trabalho por suas condições de vida, sem questionar a estrutura social que reproduz as mazelas sociais.

De acordo com o ANDES (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) “da forma como foi implantado, o Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) não cumpriu as metas que o

próprio governo determinou e ainda agravou as condições de funcionamento das instituições federais de ensino superior” (ANDES: 2013, p.9).

A disseminação de cursos EAD, bem como a chamada “democratização” do acesso ao ensino superior sem as mínimas condições de permanência, não garante o direito pleno à educação, ao contrário, trata-se da sua precarização, mas por trás dessa realidade existe um discurso que omite tal violação de direito

A primeira vista para o senso comum, as explicações encontram-se na globalização na competição acirrada e nas novas exigências do mercado de trabalho, o que exige maior qualificação dos trabalhadores e aumento na procura pelos bancos escolares no nível superior, já que estamos na era da “sociedade do conhecimento” [...] assim defende-se a ampliação do acesso a um maior número de estudantes, democratizando o ensino superior e criando cidadãos qualificáveis e empregáveis [...] (PEREIRA: 2008, p. 23-24)

Em contexto de profunda mercantilização da Educação, o trabalhador da Educação deve exercer suas funções pautado na perspectiva da práxis transformadora categorizada por Marx como princípio de transformação social. É necessário resistir e ter postura coerente que busque promover a emancipação dos sujeitos envolvidos no processo e não a continuar a reprodução da alienação, com vista a manutenção da ordem vigente, parafraseando Meszáros (2008) buscar a superação da hegemonia do capital é caminhar para além do capital. Segundo Marx e Engels é necessário:

[...]a criação em massa dessa consciência comunista quanto para o êxito da própria causa faz-se necessária uma transformação massiva dos homens, o que só pode se realizar por um movimento prático, por uma revolução; que a revolução, portanto, é necessária não apenas porque a classe dominante não pode ser derrubada de nenhuma outra forma, mas também porque somente com uma revolução a classe que derruba detém o poder de desembaraçar-se de toda a antiga imundície de se tornar capaz de uma nova fundação da sociedade” (Marx e Engels: 2007, p. 42).

Dessa forma a proposta de Marx e Engels é que a transformação só pode ocorrer pela via da revolução, que a partir da consciência de classe e revolução, os trabalhadores poderão criar uma sociedade mais justa e sem desigualdades sociais, a transformação deve ocorrer na totalidade da estrutura social e não de forma fragmentada e oportunista.

2.1 – O Trabalho da Equipe Executora da Assistência Estudantil no Ensino Superior da Universidade Pública:

A Política de Assistência Estudantil está inserida na política social de Educação, trata-se de uma política focalizada dentro da política universal Educacional, na qual a Constituição Federal de 1988 enuncia a Educação como direito social. As ações do

PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil, pauta-se em ações universais e focalizadas, visa promover o acesso, êxito e conclusão do curso do aluno matriculado nos cursos. No Brasil historicamente observa-se que os jovens não ingressam no ensino superior, por não conseguir finalizar o ensino básico as dificuldades são de êxito e conclusão, devido às manifestações da questão social/situações de pobreza que permeiam seus cotidianos. A universalização do acesso à Educação desencontra-se com a tendência de restrição e redução de direitos na sociedade capitalista devido à crise fiscal do Estado, direitos conquistados com lutas etc., são expropriados. (BEHRING e BOSCHETTI, 2007).

A Assistência Social no âmbito universitário, é traduzida como Assistência Estudantil e seus mecanismos e configurações são discutidos sobre o ponto de vista do direito a educação e do direito à Assistência Social. Nesse sentido a Política de Assistência Estudantil envolve tanto a discussão sobre a democratização do ensino superior, quanto a permanência do estudante na Universidade (NASCIMENTO: 2010, p.1)

O PNAES deve articular-se ao ensino, pesquisa e extensão, transformando-se em práxis acadêmica e direito social, buscando superar o caráter assistencialista das políticas sociais. O foco de discussão em torno da União Nacional dos Estudantes em 2013:

Parte do Princípio de que as Políticas de Assistência Estudantil devem ser vistas como um direito social e como a garantia política de cidadania e dignidade humana. Para tanto deve estar inserida na práxis acadêmica com ações articuladas com o ensino, pesquisa e extensão (UNE: 2013, P. s/n).

Os profissionais que compõe a equipe técnica executora das políticas de assistência estudantil no âmbito das universidades federais, é enlencado pelo PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil) aprovado pela Andifes em 2007, alerta que “faz-se premente a autorização de vagas para realização de concursos públicos de servidores técnico-administrativos, a exemplo de assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, dentre outros, atendendo as especificidades de cada região e instituição. (PNAES: 2007, p.17)”.

Angelim (2010) ressalta que a precarização das condições de trabalho das equipes técnicas responsáveis pela implementação da política, as faltas de concurso público e dos meios materiais para consecução vão ao encontro à ideia que para “pobres deve-se implementar políticas pobres”, isto é, políticas públicas sem as condições humanas e materiais adequadas e sem o devido planejamento, acompanhamento, avaliação e participação. Partindo desse pressuposto Behring (2009: p. 175) assegura que a política social “é o *patinho feio* da estratégia keynesiana, que atende às

necessidades do capital e do trabalho, configura-se, já que para muitos se trata de uma questão de sobrevivência, como um terreno importante da luta de classes em defesa de condições dignas de existência”. Na verdade o que se vê é a existência mínima de profissionais essenciais para a execução da Assistência Estudantil, o Estado neoliberal concebe o mínimo para o sistema capitalista não sucumbir.

A universidade pública é local de contradições e lutas históricas, porém a mesma não está livre das forças investidas do modo capitalista de produção que busca efetivar o seu sucateamento, desde a minimização de recursos para custeio e capital resultando na ausência das mínimas condições de trabalho, estrutura, extinção de cargos até a flexibilização de vínculos empregatícios tanto dos Técnicos Administrativos como do Corpo Docente. Trata-se do descompromisso do governo federal com o ensino público e gratuito, Chauí apresenta um fenômeno presente nos diversos ramos do mercado e também nas universidades públicas, destacado como:

[...] a terceirização, isto é, o aumento do setor de serviços, tornou-se estrutural, deixando de ser um suplemento à produção porque, agora, a produção não mais se realiza sob a antiga forma fordista das grandes plantas industriais que operavam com imensas linhas de montagens, grandes estoques, além de concentrarem todas as etapas da produção – da aquisição da matéria-prima à distribuição dos produtos. Opera, ao contrário por fragmentação e dispersão de todas as esferas e etapas da produção, com a compra de serviços no mundo inteiro, e com o desmantelamento das operações em linha de montagem de formação de grandes estoques de produção duráveis. Como consequência espalha-se a fragmentação do trabalho em tarefas terceirizadas, os grandes estoques de produtos duráveis são substituídos por descartáveis de pequena duração. Desaparecem assim todos os referenciais materiais que permitam à classe operária perceber-se e lutar como classe social, enfraquecendo-se ao se dispersar nas pequenas unidades terceirizada espalhada pelo planeta” (CHAUÍ; p, 10 e 20).

O Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior destaca que esse processo de precarização do ensino superior, nas Universidades Federais ocorre de forma imposta pelo governo federal em seus diversos programas criados.

Ao colocar o Reuni em prática, a pretexto de democratizar o acesso ao ensino público superior, sem debate com a comunidade universitária, o governo federal expôs seu propósito de impor à sociedade um conceito de universidade condicionado pelo mercado, com sérios prejuízos para todos os envolvidos na educação e na produção de conhecimentos (ANDES: 2013, p.3)

A assistência estudantil na atualidade, encontra-se inserida nesse contexto, onde inclusive seu crescimento nas instituições vem ocorrendo após a implantação do REUNI. Segundo Angelim 2010 “de modo geral a política de assistência estudantil junto aos estudantes de universidades públicas, tem se caracterizado na

contemporaneidade por sua natureza focalizada; pela inexistência de mecanismos de controle social sobre a mesma; pela terceirização dos serviços; pela concessão de bolsas financeiras para apoio à moradia, alimentação, transporte em detrimento da oferta de serviços como restaurante universitário, residência estudantil, entre outros”. O cenário de precarização da política de assistência estudantil demonstra que a política neoliberal tem afetado todos os âmbitos das políticas públicas, esse cenário contemporâneo de barbárie social conforme Neto, só poderá ser superado pelo “[...] conjunto de lutas que, tendo a transição socialista como escopo, poderá bloquear e reverter a dinâmica que hoje compele o movimento do capital a rumar pela barbárie” (NETO, 2001, p 85).

As influências do grande capital nas formas de planejamento, execução e avaliação dos serviços públicos no âmbito das universidades públicas, buscam tornar o processo cada vez mais complexo, relegando aos agentes públicos a tarefa de propiciar o “reforço do poder burocrático e da perda da idéia de serviço público aos cidadãos, no caso do corpo administrativo; portanto, do princípio democrático da reponsabilidade pública, dos direitos dos cidadãos à informação e da visibilidade administrativa” (CHAUI: 2001, p. 40).

Na atualidade observa-se que a:

[...] educação como processo emancipador do ser humano deixa de ser prioridade. Seus objetivos são deturpados pela lógica utilitária dos resultados imediatos de um ensino puramente mimético e sem raízes, sem compromisso com a construção cultural. Enfim, dominada pelo fazer mais rápido e mais rentável como ocorre nos processos industriais em suas linhas de produção”. (ANDES: 2013, p, 3).

Aos trabalhadores, executores da política de assistência estudantil, apesar de estar inserido em um ambiente contraditório e administrativo, onde para muitos trata-se apenas de uma atividade meio, cabe a estes resistir ao processo de precarização do trabalho e negação dos direitos sociais, apesar das contradições e fortes investidas capitalista, é importante se manter firme diante da conjuntura de exclusão, é necessário romper com “a lógica do capital, se quisermos contemplar a alternativa educacional significativamente diferente” (MESZÁROS: 2008, p. 27). As imposições vivenciadas no cotidiano profissional é muito bem planejada e imposta pelos organismos multilaterais como forma de manter a ordem vigente, no entanto existe a:

[...] possibilidade de gerar espaços de resistência efetiva a sistemática violação de direitos vivida quotidianamente na América Latina depende, em parte, da possibilidade de construir âmbitos de trabalho e reflexão comuns para superar as estreitas margens do pensamento único que é imposto desde cima e que costumamos reproduzir desde baixo” (FRIGOTTO E GENTILI; 2011, p. 11).

O tempo presente exige dos profissionais de assistência estudantil que estão inseridos na classe dos que vivem da venda de sua força de trabalho, conforme aponta Meszáros (2008) a superação da lógica desumanizadora do capital, que se sustenta no individualismo no lucro e na competição. Neste sentido é necessário desenvolver ações na perspectiva de educação continuada, permanente sob o prisma da formação de consciência crítica. Tanto o trabalhador quanto suas ações de formação dos estudantes deve ser a de agente político, que pensa, age e usa a palavra como meio de transformar a realidade, é necessário pautar-se na educação que visa construir uma sociedade onde o capital não explore mais o tempo de lazer, superando o trabalho alienante imposto pela sociedade burguesa.

Por outro lado, há que se refletir sobre o que pontua Provin, (2013, p. 100):

“O processo de in/exclusão não se dá apenas pelo fato de os sujeitos não estarem no mesmo espaço que outros, mas por estarem no mesmo espaço e, por vezes, não serem considerados como alguém que faz parte dele. Na universidade, esse processo pode ser visibilizado de forma bastante intensa se pensarmos que há inúmeras possibilidades de acesso ao ensino superior e que, não com a mesma intensidade, se proporciona a permanência”.

3 – Considerações Finais:

Apesar do presente texto ainda se encontrar em fase inicial de construção, já que faltam as etapas de pesquisa de campo e análise dos dados. É notório no referencial teórico utilizado que o tempo presente é o de fortes investidas neoliberais e da reestruturação produtiva, tendo como consequência a precarização do trabalho e de suas condições históricas. Diante desse cenário é necessário que as equipes executoras da Política de Assistência Estudantil não tenham como premissa básica a perspectiva fatalista de “fim da história”, mas que tenha o exercício profissional pautado na práxis transformadora e revolucionária destacada por Marx, conforme pontua Meszáros (2008) com vistas à defesa de uma educação emancipadora, como parte de um macro projeto societário de transformação social e superação das estruturas perversa do capitalismo.

Diante das fortes investidas do capitalismo nas políticas sociais em especial a educacional, os espaços sócios ocupacionais das equipes de assistência estudantil das universidades federais brasileiras são atravessados por contradições, limites e possibilidades de atuar na garantia de direitos, já que as deliberações dos organismos internacionais, bem como o seguimento assíduo por parte do governo brasileiro ao

modelo neoliberal visa estabelecer de forma mascarada a precarização e o desmantelamento paulatino da educação pública, tal conjuntura impõe dificuldades aos profissionais da educação e no que se refere à materialização de objetivos presentes tanto na Educação quanto nos programas com os quais trabalha, nesse caso, a Assistência Estudantil, os quais tem como premissas à melhoria das condições de permanência e de êxito dos estudantes e, ainda, na concretização do acesso universal a esses programas

4 - Referências:

ANGELIM, Isabel Cristina Sampaio. Política de assistência estudantil na universidade pública: desafios para construção de uma concepção de direito de cidadania. Actas do III Seminário Políticas Sociais e Cidadania, Salvador, 2010.

ANDES, Dossiê Nacional Consolidado SN-3, precarização do trabalho docente II, Brasília-DF, 2013.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. Da pragmática da especialização fragmentada à pragmática da liofilização flexibilizada: as formas da educação no modo de produção capitalista. Revista – Germinal: marxismo e educação em debate, volume:1 nº 1, UEL Londrina, 2009, disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/germinal/article/view/2640/2294>

_____. As Formas Contemporâneas de Trabalho e a Desconstrução de Direitos Sociais IN: YAZBECK, Maria Carmelita e SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Políticas Publicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Cortez, São Luiz – MA – FAPEMA, 2006.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política Social: fundamentos e história. 5. ed., São Paulo: Cortez, 2008 (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 2)

Brasil, Ministério da Educação. Plano Nacional de Assistência Estudantil, acessado em 10/12/13 as 08:00.

BRASIL. Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

_____. Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, 2010.

_____. Projeto de Lei 3.627/2004. Institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências. 2004ª.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Escritos sobre a universidade, São Paulo, UNESP, 2001.

CHESNAIS, François. Mundialização do capital e o jogo da lei da população inerente ao capitalismo. In: SOUZA, Antônia de Abreu *et al.* Trabalho, capital mundial e formação dos trabalhadores. Fortaleza: Editora Senac; Edições UFC, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio e GENTILLI, Pablo. A cidadania negada: Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho. 5ª ed. São Paulo: Cortez; [Buenos Aires, Argentina]: CLACSO, 2011.

- FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.) Educação e Crise do trabalho: Perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 2ª ed., 1998.
- GRAMSCI, Antônio. Maquiavel, a política e o Estado moderno. IN: Americanismo e Fordismo. Tradução: Luiz Mario Gazzaneo. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1968.
- KUENZER, Acácia. Desafios Teórico-Metodológico da Relação Trabalho-Educação e o Papel Social da Escola. IN: FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.) Educação e Crise do trabalho: Perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 2ª ed., 1998
- LEHER, R. Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: A educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio da pobreza”. São Paulo, USP, 1998 – Tese de doutorado.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. Livro 1. v. 1 e 2.
- _____. Manuscritos econômico e filosóficos. Martin Claret, São Paulo, 2006.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. [tradução Isa Tavares] 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- NASCIMENTO, Carla Martins. VII Colóquio Sobre Pesquisas Escolares. O Papel da Universidade na garantia da permanência do estudante do Ensino Superior: As garantias da Assistência Estudantil na UFPE. 2010.
- NETO, J. P. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. 3. ed. Coleção Questões da Nossa Época. V. 20, São Paulo: Cortez, 2001.
- PROVIN, Priscila. Inclusão na universidade: estratégias para o ingresso de “todos” no ensino superior, p.99-111. In. FABRIS, Elí T. Henn, KLEIN, Rejane (Orgs.). **Inclusão e biopolítica**, Belo Horizonte:Autêntica, 2013.
- PEREIRA, Larissa Dahmer. Educação e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional da formação profissional. São Paulo: Xamã, 2008.
- SAVIANI, Dermeval. Os saberes implicados na formação do educador. In: BICUDO, Maria A, Viggiani, SILVA JR, Celestino (orgs.). Formação do educador. São Paulo: UNESP, 1996.
- União Nacional dos estudantes. Carta do 1º seminário de assistência estudantil da UNE 2011. Disponível em www.ccs.ufpel.edu.br/.../2011/.../carta-do-i-seminario-de-assistencia-estudantil-da-une. Acessado em 18 de dezembro de 2013.